

## **Relações Internacionais – um Campo em Constantes Mudanças<sup>1</sup>**

**Sidney Ferreira Leite<sup>2</sup>**

O campo institucional das Relações Internacionais passa por um momento de grandes alterações e, principalmente, a partir dos anos 80 e 90 deixou de ser exclusividade dos diplomatas. De fato, as preocupações sobre a ordem internacional passaram a ocupar lugar destacado na agenda de amplos segmentos da iniciativa privada e da sociedade civil. Uma jovem estudante de Relações Internacionais da PUC/MG definiu com simplicidade e clareza a ampliação do campo de ação da área em questão quando declarou: "desenvolver projetos sociais junto a organizações internacionais é fazer Relações Internacionais, mesmo não sendo diplomata, não estando no Itamaraty". Em outras palavras, as Relações Internacionais estão diretamente vinculadas, por exemplo, à idéia de responsabilidade social. Nessa perspectiva, não é exagero sustentar que o campo das Relações Internacionais passa por uma verdadeira revolução (Rilton Pimentel, "Responsabilidade social compõe o novo perfil das relações internacionais". site Aprendiz, 30/01/2003).

Nesse cenário de amplas e profundas mudanças, a oferta de vagas nos cursos de graduação em Relações Internacionais cresceu significativamente na última década, principalmente na cidade de São Paulo, o centro econômico e financeiro do país. Tal crescimento está relacionado diretamente ao processo de globalização e a sua consequência mais direta é a internacionalização da economia e a hegemonia do capital financeiro. Nesse contexto, a possibilidade de atuar numa área profissional que está na ordem do dia, seduz muitos jovens. Todavia, esses, muitas vezes, optam pelo curso sem ter o conhecimento mínimo sobre a área de conhecimento em questão, a matriz curricular do curso e sobre o mercado de trabalho. Assim, o principal objetivo do presente artigo é contribuir para o conhecimento das principais características do campo de atuação do graduado em Relações Internacionais.

### **I. O campo de estudos das Relações Internacionais**

Como a História, as Relações Internacionais possuem a mesma expressão para designar o campo de saber e o objeto de investigação. Esse fato provoca não apenas dificuldades de expressão, mas reforça um certo ranço positivista contido nessa importante esfera da realidade contemporânea. Faz-se necessário recorrer a outros campos de saber para obliterar essa perigosa ambigüidade.

O conceito de campo foi sistematizado com mais rigor pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu, os indivíduos se situam em diferentes posições dentro de campos de saber e profissional, ambos foram institucionalizados ao longo da modernidade. Em tais campos, os indivíduos assumem posições e tornam-se parte de um

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na Aula Magna proferida pelo Prof. Sidney Leite, em 03/02/04. Evento receptivo aos calouros e veteranos de relações internacionais, intitulado "Diplomatas, diplomacia e sua praxis: negociar é preciso", tendo ainda como palestrante, o Prof. Gilberto Sarfati.

<sup>2</sup> Doutor em História e docente no curso de Relações Internacionais do Unicentro Belas Artes de São Paulo.

conjunto estável e definido de regras, recursos e relações sociais. Como sustentou o sociólogo francês, todos os campos de saber e profissional têm a sua própria historicidade e um momento específico de institucionalização (Ver a análise do assunto em John B. Thompson. *A Mídia e a Modernidade*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1995).

No que se refere à institucionalização do campo em questão, algumas vicissitudes parecem nítidas. As Relações Internacionais se estabeleceram como área de conhecimento independente, no início do século passado. Em outras palavras, o saber sobre a ordem internacional, os seus conceitos, categorias e regras que passaram a definir o estudo das Relações Internacionais como área de conhecimento específica, tem pouco menos de um século. Pois, o arcabouço teórico-metodológico foi estabelecido com mais clareza quando se encerrou a 1ª Guerra Mundial, em 1918. Naquele contexto, que o historiador britânico Eric Hobsbawm definiu como era do massacre, o objetivo fulcral dos diplomatas foi estabelecer um conjunto de regras que contribuísse para evitar a emergência de conflitos similares ao que ocorrera durante quatro anos e que dizimou a vida de aproximadamente oito milhões de europeus, destruiu boa parte do parque industrial e da economia do continente e liquidou a ordem estabelecida pelo Congresso de Viena.

O caminho delineado foi a tentativa de elaborar e consagrar princípios, normas e instituições capazes de regular e intermediar os litígios e conflitos de interesses por meio de negociações que tivessem como objetivo a sua resolução de forma pacífica e fundamentada no espírito cooperativo. Porém, a emergência dos regimes nazi-fascistas no Entre-Guerras (1918-1939), a crise da economia capitalista, em 1929, e a eclosão da nova guerra mundial, em 1939, contribuíram decisivamente para o fracasso dessa concepção de Relações Internacionais que passou denominada, não sem uma dose de menosprezo, de idealista e, concomitantemente, fortaleceu a percepção da ordem internacional através da interpretação que se autoproclamou realista.

Nesse quadro de redefinições da ordem internacional marcado pela eclosão e o fim da 2ª Guerra Mundial e a simultânea emergência da Guerra Fria teve como corolário o ocaso da ordem multipolar e a implantação da bipolaridade. Durante os 45 anos de vigência da Guerra Fria, a luta pelo poder e pela hegemonia passou a ser definida como o aspecto decisivo para a compreensão do comportamento dos Estados. Assim, o conceito de poder influenciou tanto os estudos, quanto a própria condução da política exterior pelos governos dos Estados-nacionais. A rigor, durante a Guerra Fria os temas relacionados às estratégias, ações militares, o equilíbrio de poder e a atuação dos Estados como atores principais no sistema internacional estiveram na ordem do dia.

Todavia, a partir dos anos 60 foi possível detectar uma ampliação na agenda de temas que preocupavam os estudiosos das Relações Internacionais como: a incorporação de novos atores ao campo de estudos, notadamente os tópicos relacionados ao desenvolvimento econômico, desigualdade social e o crescimento das organizações governamentais e não-governamentais; muitas dessas com atuação internacional. Nesse contexto, os estudiosos passaram a dedicar maior deferência não apenas às ações e interesses do Estado, como de suas respectivas políticas externas que levavam a cabo, mas a um sistema de referências mais amplo de tópicos, incorporado ao campo de investigação dos especialistas em Relações Internacionais, tais como: os processos

decisórios, a atuação dos atores não-estatais e as novas formas de regulação e cooperação internacional.

### III. Da bipolaridade para a multipolaridade

O fim da Guerra Fria em fins dos anos oitenta e início dos noventa propiciaram uma série de alterações no campo das Relações Internacionais. As questões relacionadas ao poder dos Estados, à sua capacidade de elaborar estratégias de ação, definir os seus interesses e a corrida armamentista foram colocadas em um plano secundário. A ordem internacional deixou de ser bipolarizada, avançou em direção ao multilateralismo e novas preocupações passaram a orientar o trabalho do profissional de Relações Internacionais.

Nesse contexto de mudanças, o Brasil passou a vivenciar novas perspectivas. A crescente internacionalização da economia contribuiu para aproximar, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores dos empresários nacionais. Esses em geral sempre foram historicamente aversos às questões de política externa. Porém, com a crescente internacionalização da economia, passaram a somar esforços no sentido de acompanhar atentamente o dinâmico cenário internacional, em especial os movimentos do comércio. Como demonstra Roberto Teixeira da Costa, presidente do conselho de administração do Banco Sulamérica e representante dos empresários brasileiros no Conselho de Empresários da América Latina, apenas nos últimos anos percebeu-se maior interesse dos empresários em discutir temas relacionados à inserção do Brasil no exterior, tarefa até então exclusiva dos agentes do Estado. Na visão do empresário em questão: “diante do quadro cada vez mais complexo, o Itamaraty, ainda que de uma forma não definida, busca um diálogo ampliado com o setor privado, para discutir uma pauta comum e até dividir responsabilidades”. Segundo sua interpretação, a Cúpula de Miami, realizada em 1994, contribuiu decisivamente para o estabelecimento de um diálogo mais afinado e freqüente entre empresários e governos. Diálogo que não apenas se faz necessário como indispensável para tornar os produtos de exportação nacionais competitivos (Costa, Roberto Teixeira da – “A política externa se aproxima dos empresários”. In: Carta Internacional, Ano VI, n. 59, jan. 1998).

No campo do saber, ao longo dos anos oitenta, ocorreu o aprofundamento do diálogo com as ciências e disciplinas afins. Assim, a ortodoxia que caracterizava essa área de conhecimento cedeu espaço para a emergência de uma percepção mais plural, multidisciplinar e transdisciplinar dos fenômenos presentes na ordem mundial no cenário do pós-Guerra Fria. O diálogo com outros campos de saber foi condicionado, em grande medida, pela maior complexidade da ordem internacional. Assim, nos últimos vinte anos a questão do desenvolvimento econômico e social, o meio ambiente e direitos humanos entraram definitivamente no campo de estudos das Relações Internacionais. Em outras palavras, o objeto de estudo ampliou-se: “a nova sociedade pós-industrial requer novos instrumentos, novas metodologias e instâncias institucionais que aperfeiçoem a diplomacia clássica e incrementem a qualidade das tarefas das missões diplomáticas”. As mudanças contribuíram para o crescente interesse sobre a ordem internacional e para as atividades desenvolvidas pelo profissional de Relações Internacionais. De fato, pode-se afirmar que no momento, tais estudos vivem um período que pode ser definido como auspicioso; marcado entre outros aspectos, pela revisão de antigos paradigmas e a elaboração de conceitos e categorias. Novos desafios são colocados para as Relações

Internacionais, não apenas como objeto, mas como campo de investigação e atuação profissional.

#### **IV. Perfil profissional: novos e velhos desafios**

Qual a essência da diplomacia e dos diplomatas? Para Paulo Roberto de Almeida, estudioso do tema: “os diplomatas constituem, no plano da política externa, os ideólogos dos estados modernos. Eles estão sempre procurando soluções inovadoras para os velhos e novos problemas das Relações Internacionais, combinando propostas singelas de melhoria da situação mundial como o corolário e a expressão mais imediata dos interesses concretos de seus respectivos países”. Após as inúmeras e profundas mudanças na ordem internacional, relatadas acima, a sua função profissional principal passou a ser principalmente o processamento de informações. Assim, há pelo menos três grandes segmentos no qual esse profissional pode atuar: a) no governo (setor público), em especial, na diplomacia, b) no mundo acadêmico, atuando como professor e pesquisador e c) no setor privado, cujas opções se renovam e se multiplicam (Almeida, Paulo Roberto de – Dez Regras Modernas de Diplomacia. IN: Revista Espaço Acadêmico, ano I, n. 04, set. de 2001).

A profissionalização no campo das Relações Internacionais tem avançado significativamente no Brasil. Tal avanço foi impulsionado principalmente pelas perspectivas oferecidas pelo mercado de trabalho na área. Há algumas décadas atrás, a perspectiva de atuação profissional ficava restrita ao campo diplomático tradicional. Porém, atualmente foram agregadas novas atividades como, por exemplo, a crescente necessidade dos governos de especialistas na área, com o processo de integração regional, notadamente após a criação do Mercosul e o aumento da mobilidade do capital, câmaras de comércio, consulados e embaixadas, as confederações sindicais patronais e de trabalhadores, as organizações não governamentais, assessoria técnica em organizações internacionais, órgãos de comunicação e a área acadêmica.

A diversificação das atividades delinea novos desafios, pois o profissional necessita possuir um conjunto múltiplo habilidades, tais como: ser capaz de pesquisar, ensinar, aconselhar, assessorar e executar. Nesse contexto, os cursos de graduação devem repensar constantemente os seus projetos pedagógicos, pois os discentes devem ser capazes de exercitar o ceno crítico, identificar e avaliar cenários, adquirir capacitação técnica básica, desenvolver as suas capacidades de comunicação e de liderança, elaborar estratégias de ação, conhecer padrões, regras e procedimentos das principais organizações internacionais, conhecer e analisar tratados e acordos internacionais relevantes, compreender e propor intervenções e saber utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Para Paulo Roberto de Almeida, uma das dez regras da moderna diplomacia é ter um domínio total de cada assunto, dedicar-se com afincado ao estudo dos assuntos que esteja encarregado e aprofundar os temas em pesquisas paralelas. Como se vê, um conjunto amplo e diversificado de atividades.

Para finalizar, vale citar as 13 lições que devem ser seguidas, segundo Sérgio Danese, pelos diplomatas e pelos profissionais de Relações Internacionais. As lições são a rigor algumas das principais regras do campo das Relações Internacionais:

1. Confie, mas verifique.
2. Quem decide deve ouvir opiniões variadas e recomendações variadas e conflitantes, pois a pluralidade de sugestões enriquece a decisão a ser tomada.
3. Nunca negocie por medo, mas nunca tenha medo de negociar.
4. Em muitas ocasiões em que tudo parece exigir pronta e vigorosa ação, vale seguir o princípio: É urgente, esperar!
5. Quando estiver negociando, estabeleça quais são os seus objetivos reais e não procure ganhos adicionais que não têm haver com esse objetivo, correndo o risco de sacrificar toda a negociação.
6. Coloque-se sempre nos sapatos do seu adversário, de modo que você possa ver as coisas através dos olhos dele.
7. Nunca acue um adversário e sempre o assista para que possa salvar a sua face.
8. As decisões têm que ter uma base de legitimidade e não estar apenas respaldada pela força ou pelo artifício político.
9. As recomendações para o uso da força têm de ser testadas em todas as suas conseqüências e implicações e somente devem ser levadas em conta para adoção depois de esgotadas todas as demais opções.
10. Em qualquer caso, o uso da força não pode ser um blefe, nem um argumento puramente teórico.
11. Nenhuma ação se toma contra um inimigo poderoso no vácuo, isto é, é preciso sempre medir as conseqüências de sua ação.
12. Não tente comprometer publicamente o seu adversário, nem negociar com ele pela mídia, sem antes tentar convencê-lo privadamente e explorar ao máximo as suas razões e argumentos.
13. Finalmente, como disse certa vez Rio Branco: “Há vitórias, que não se comemoram.”

Assim, como sustenta: ”em política, como nas relações humanas não há substituto para a diplomacia. É falsa a afirmação segundo a qual, a guerra seja a continuação da política por outros meios, a guerra é o pior fracasso da política. Numa negociação não há outras opções fora da clareza de objetivos, a firmeza de voz, a frieza, a paciência e, em especial a sensibilidade para o poder, às razões e os argumentos do outro”. Essa dimensão ética e humanista deve ser a principal motivação para os jovens abraçarem o campo promissor das Relações Internacionais ( Danese, Sérgio- “As lições dos 13 dias de outubro”. IN: O Estado de São Paulo, jan. de 2000).